



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

O PAPEL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SEGURANÇA NO COMBATE A CRIMINALIDADE: O EXEMPLO DO PROGRAMA FICA VIVO NA REGIÃO DO GRANDE SANTOS REIS EM MONTES CLAROS – MG

Elca Possidônio Moura
Universidade Estadual de Montes Claros- UNIMONTES
elcapossidonio@yahoo.com.br

Introdução

Nos últimos anos, a questão da segurança pública passou a ser debatida em vários meios da nossa sociedade. Tal questão ganhou visibilidade pública e está presente em grande parte das agendas públicas brasileiras.

Segundo Paixão (1995), o crime, especialmente o crime violento nas ruas, é um dos problemas sociais mais graves e universais que perturbam a vida das pessoas, e como todos os outros demandam políticas públicas de contenção e controle, requerendo dessa forma então reformas estruturais e mudanças na sociedade, especialmente com iniciativas ao aperfeiçoamento das instituições de segurança pública.

De acordo com pesquisas realizadas no âmbito de segurança pública, a ocorrência de crimes tem aumentado, bem como a gravidade de suas manifestações. Contudo, o poder público tem apresentado incapacidade para fazer frente a essa situação. Coloca-se então em pauta a necessidade de rever prioridades e estratégias de atuação nessa área.

Diante da amplitude desse tema, é importante pensar em programar políticas de combate à criminalidade, que consigam compreender as questões que envolvem o fenômeno do crime. Isso envolve uma maior participação do Estado além de outras Instituições, já que o problema social do crime tem se tornado também um problema público. Nesse sentido, é pertinente nesse contexto, refletir a quem cabe resolver o problema e como o problema deve ser resolvido.

De acordo com Neto & Moreira (1999), a dimensão do problema da violência é uma questão que deve ser tratada com urgência, aparecendo como um dos principais



problemas que afetam as populações de grandes centros urbanos. Por isso, o assunto tem ocupado grande espaço na agenda política do Brasil, nos três níveis de governo.

Devido ao grande número de crimes violentos na região do Grande Santos Reis, e que vem se espalhando para outras regiões do município, o programa Fica Vivo é de grande importância, uma vez que busca uma inclusão da comunidade, integrada a ações de prevenção, reduzir o índice de criminalidade violenta na região, criando dessa forma uma Rede de Proteção Social.

O artigo propõe uma análise do programa Fica Vivo, como um exemplo de política pública de segurança. Discute-se nesse estudo o fenômeno da violência como um problema social e público, a importância das políticas públicas de segurança, enfatizando o programa Fica Vivo e o papel da população na concretização das metas do programa.

A Violência como Problema Social e Público

A criminalidade e a violência a ela relacionada são uns dos problemas que atinge toda a população. Trata-se de um problema público por exigir iniciativas das autoridades que foram instituídas para trabalhar na sua redução. É um problema social por afetar a população, seja através da vitimização¹ ou risco de vitimização.

O fenômeno da violência ilegítima é percebido primeiramente, como uma das feições da relação social, que pode se manifestar entre classes sociais e entre membros que delas fazem parte. É percebida como toda ação danosa à vida do indivíduo, seja por maus tratos, imposição de força ou privação de liberdade.

Pesquisas realizadas na área de Segurança Pública ressaltam que uma das modalidades do crime que mais tem crescido nos últimos tempos é o homicídio. De acordo com dados do 10º Batalhão da Polícia Militar de Minas Gerais, Montes Claros

¹ Vitimização, processo vitimizatório, ou vitimação são termos neológicos, oriundos de “vítima”, e significam ação ou efeito de alguém vem a ser vítima de sua própria conduta ou da conduta de terceiro, ou fato da natureza.

<http://www.uj.com.br/publicacoes/doutrinas/5868/Vitimologia>



vem apresentando uma tendência de aumento em termos absolutos, das ocorrências de homicídios dolosos, entre os anos de 2005 à 2010, com exceção de alguns anos. Esses dados mostram que a cidade apresentou em 2005 uma taxa de homicídio de 18,68; em 2006 uma taxa de 16,05; em 2007 a taxa sobe para 21,85; em 2008 para 25,68; em 2009 a taxa foi de 17,75 e em 2010 apresentou uma taxa de 22,52².

Esse acentuado crescimento do número de homicídios no município tem sido motivo de grande preocupação para as autoridades no assunto, e também para a grande parte da população que convive com a sensação de insegurança. Nessa linha de análise, “Os homicídios, embora menos freqüentes do que outros tipos de crime despertam maior comoção pública e desempenham papel central na construção do sentimento de medo na população” (SILVEIRA; BEATO & SILVA, 2006, p. 77).

Nesse momento põe-se em pauta a especulação das causas da criminalidade. Uma das questões mais recorrentes é a de que o crime está relativamente associado à pobreza, a miséria, o que é chamado por Felson (1994) citado por Beato (1999) como “a falácia da pestilência” onde coisas ruins provêm de outras coisas ruins.

O fenômeno da violência é caracterizado por sua grande multiplicidade, não podendo dessa forma, ser visto como um fenômeno singular. Devemos pensar então em “violências”, com múltiplas causas e muitas vezes também de difícil identificação pelo fato de que não está presente apenas em uma classe ou grupo social.

Nessa perspectiva, Porto (1995) ressalta que associar violência à pobreza, desigualdade, marginalidade, segregação espacial, etc., pode mostrar uma parte importante porém insuficiente da explicação sociológica do fenômeno. A autora afirma ainda que a busca de conhecimento e compreensão da questão da violência é uma tarefa irrecusável para o sociólogo e para sua sociologia.

Segundo Michel Misse (2006), a criminalidade se espalha igualmente por todas as classes, sendo apenas mais perseguida nas classes subalternas que nas dominantes. Os “pobres, mas honestos” diferenciam-se dos “vagabundos e bandidos” bem como existe “empresário sério e consciencioso” e existem também os estelionatários e

² Uma taxa de homicídio de 25,68 significa que para cada grupo de 100.000 habitantes ocorrem 25.68 crimes de homicídios. A taxa é calculada através da seguinte fórmula: $Tx = \frac{\text{nr de homicídios}}{100.000/\text{população}}$.



corruptos. O autor ainda ressalta que correlacionar pobreza com crime numa situação dessas é não só politicamente incorreto como “fantasmagórico”.

Uma maneira de negar essa lógica é reforçando a idéia de que a violência não é um fenômeno uniforme, como algo que pode ser explicado sobre relação do tipo causa/efeito, como pobreza gera violência. É preciso nos atentar que o conceito de violência é algo multifacetado, encontrado na sociedade sob diversas manifestações que estão relacionadas e interligadas de alguma maneira.

Tendo em vista essas considerações acima, a elaboração de medidas eficazes de combate à criminalidade passou a incluir a importância de articulação de medidas repressivas qualificadas e preventivas, com suporte social nas comunidades atingidas pelo crime.

A segurança pode ser fomentada por meio de controle das ocorrências criminosas e violentas ou também por meio de medidas preventivas destas ocorrências. Nesse âmbito, a prevenção busca remover os fatores de risco e fortalecer a resistência aos mesmos. Para Silveira (2007 p. 60):

Medidas de prevenção ao crime são ações proativas informadas por uma teoria sobre a gênese do crime, ou pelo conhecimento empírico dos fatores que se associam de forma mediata e imediata com as ações criminosas ou violentas, em determinado tempo e local.

Diante desse quadro, um ponto importante relacionado à idéia de prevenção é a possibilidade de identificar fatores de risco, e fatores de proteção tão discutidos nos meios onde são tratadas medidas de combate a criminalidade. Algumas questões como pobreza, fome, educação, falta de infraestrutura devem ser consideradas quando se pensa em segurança pública, merecendo dessa forma atenção do Estado quando este visa a redução da criminalidade violenta.

Conforme as idéias de Brantigham e Faust (1976) citados por Silveira (2007), a prevenção do crime é a antecipação, o reconhecimento e a avaliação do risco para seu acontecimento, e o desencadeamento de ações para reduzir este risco. A prevenção pressupõe que certas situações não ocorrem se algumas medidas forem tomadas, por



isso, ela é caracterizada como proativa, devendo tais medidas serem adotadas antes que o crime ocorra.

Nesse âmbito, Sabadell (2003), discutindo as concepções de uma boa política de segurança pública aponta a prevenção como um fator importante da boa política. Descrevendo-a como tal todas as medidas que impedem a ocorrência consecutiva dos delitos como eventos individuais, e também, as medidas que diminuem qualitativamente as conseqüências do crime.

Dentro dessa perspectiva, Beato Filho (1999, pág. 15) salienta que as políticas devem ser orientadas por “metas claras e definidas a serem alcançadas por meio de instrumentos de medidas confiáveis, para a avaliação desses objetivos e pelos meios disponíveis para sua realização de forma democrática”.

Sobre as políticas públicas de segurança no Brasil, Beato (1999) ressalta que consiste num movimento pendular oscilando entre a reforma social e a dissuasão individual. Dessa forma, propostas de controle da criminalidade passam por reformas sociais e também por reformas individuais com o objetivo de reeducar e ressocializar criminosos para o convívio com a sociedade.

Nesse contexto, o que tem se mostrado eficaz são programas e estratégias de segurança baseados numa articulação entre Estado e sociedade. As práticas mais freqüentes de prevenção à violência estão presentes principalmente na comunidade, na escola e na família.

As Políticas Públicas de Segurança

Nos últimos tempos, a questão da segurança pública tem sido considerada o principal problema e desafio das instituições responsáveis pela segurança da população. Tal questão ganhou enorme destaque e está presente na pauta de discussão de vários debates tanto de especialistas como da sociedade em geral.



É cada vez mais comum ter noticiado na mídia um aumento significativo da criminalidade, em especial a criminalidade urbana. Esses dados têm representado uma ameaça constante e amedrontado a população, e sendo assim é cada vez mais perceptível a necessidade de qualificação do debate sobre segurança e a participação de novos atores no cenário das políticas públicas voltadas para a segurança da sociedade.

Segundo D'Araújo (2008), o tema da violência em geral tem predominado nos noticiários brasileiros e se apresentado de diversas maneiras: crimes comuns que chocam pelo alto índice de ocorrência; formação de milícias no crime organizado, despreparo de policiais, incapacidade do Estado para enfrentar o crime organizado, entre outros. Sendo assim, a violência preocupa por estar se tornando um fato banal na sociedade brasileira atualmente. Por isso, tem se percebido um aumento de investimento estatal em aparatos de segurança, equipamentos para o reforço dentro das polícias militar e civil.

No que tange às formas de contenção do crime, é importante salientar que a repressão, apenas, não é suficiente para conter o problema da violência de maneira satisfatória. Tal questão é muito percebida em discussões entre especialistas e gestores, sobre a importância das formas de enfrentamento do crime, incluindo também estratégias preventivas nas medidas de contenção do problema.

Alguns especialistas ressaltam que questões econômicas, sociais e políticas são determinantes para a vulnerabilidade da sociedade à violência. A desigualdade social, a exclusão social, o desemprego, o regime político e ineficácia das instituições governamentais, especialmente as de segurança pública, são alguns dos fatores que influenciam no desenvolvimento da violência³.

Desde 1982, segundo Soares (2001), a segurança tem ocupado uma posição de destaque na agenda pública, estas se tornaram ainda mais sensíveis às percepções, às demandas e aos medos do conjunto da sociedade. Sendo a segurança um item eminentemente popular, sem deixar de ser também para as elites e as camadas médias, impôs-se com mais peso à consideração dos atores políticos.

³ Esses fenômenos sociais comprometem a inclusão social de indivíduos e grupos, deixando-os vulneráveis à criminalidade, sejam eles vítimas ou ofensores.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

Nesse sentido, o que tem apresentado bons resultados são programas e estratégias de segurança baseados numa articulação entre estado e sociedade. O crime é uma questão muito séria, e não deve ser deixada apenas sob a responsabilidade do Estado.

Alguns atores têm discutido a democratização da segurança pública, com maior atenção à prevenção fundada numa maior participação de novos atores sociais, em parceria com o poder público, que ajudam na compreensão das causas e na formulação de soluções.

Entre as ações que ganharam vida no jogo institucional salientam-se programas de policiamento comunitário, programas de prevenção como o Fica Vivo, uso do geoprocessamento e a aproximação com a Universidade.

O Programa Fica Vivo

A intervenção comunitária ou social tenta manipular as condições sociais ou institucionais que podem influenciar a atividade criminosa através do fortalecimento das comunidades, de projetos voltados para jovens em situações de risco dentre outros.

Dessa forma, o governo de Minas Gerais, propôs um programa de Controle de Homicídios nas áreas de maior concentração. Este programa foi posteriormente denominado Fica Vivo!. O Programa foi então implantado como piloto no Aglomerado Morro das Pedras em Belo Horizonte - MG, local onde as taxas de homicídios estavam entre as maiores da capital mineira.

Em 2003, o Programa Fica Vivo! tornou-se um programa de política pública, sendo, num primeiro momento, o resultado de uma parceria entre a iniciativa privada e o Centro de Estudo de Criminalidade e Segurança Pública (CRISP) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), responsável pela metodologia. Atualmente, ele é coordenado pela Secretaria de Defesa Social de Minas Gerais, por intermédio da Superintendência de Prevenção à criminalidade.



A partir do modelo proposto pelo CRISP, o objetivo é implementar intervenções que levem em conta as características das comunidades e os fatores geradores de crimes, através da articulação dos órgãos de segurança pública e outros órgãos públicos (SILVEIRA, 2007).

De acordo com Leite (2003), o Fica Vivo! atua em locais caracterizados pela exclusão social e onde os índices de homicídios são mais elevados. Suas ações são desenvolvidas através de uma gestão coordenada que subdivide dois eixos – intervenção estratégica e proteção social.

O citado programa de governo está assentado sobre dois pilares, distintos, mas que se complementam, prevenção e repressão. O eixo repressivo caracteriza-se como uma atividade de repressão qualificada ou intervenção estratégica. Não se resume ao emprego bruto da força. Pelo contrário, o objetivo é identificar e mapear as lideranças do crime organizado em cada localidade para, em seguida, orientar o policiamento ostensivo e repressivo.

A vertente preventiva consiste na promoção social. O sucesso do programa deve-se à primazia que essa esfera tem assumido frente à ação repressora. As ações sociais são aquelas que efetivamente elevam a cidadania e a auto-estima das pessoas carentes. Foram criadas oficinas de cultura, esporte, lazer, entre outras no interior dos bairros periféricos.

Silveira (2007) salienta que o Fica Vivo! através de ações que aumentam o controle social formal, que favorecem o controle social informal e uma maior participação da comunidade, oferecem suporte social e supervisão aos jovens, objetivando reduzir a ocorrência de homicídios. Pensar em políticas públicas que combatam a esta situação de maneira eficiente e eficaz, diminuindo o número de homicídios tem desafiado políticos e gestores públicos.

Nessa abordagem, Silveira; Beato e Silva (2006) definem o Fica Vivo! como um programa compreensivo e comunitário:

Compreensivo no sentido de buscar concomitantemente a redução dos fatores de risco e o fortalecimento dos fatores de prevenção que operam no nível da escola, da família, na comunidade etc. Comunitário por valorizar e estimular a participação da comunidade



na elaboração da proposta de intervenção, na operacionalização e gestão do modelo e na sua avaliação.

(SILVEIRA; BEATO E SILVA 2006, p. 79)

O Fica Vivo! tem como intuito e responsabilidade organizar uma rede comunitária de proteção social, com a participação de instituições governamentais e não governamentais e da comunidade local, para intervir na realidade social dessas pessoas. Para tanto, o programa trabalha diretamente com a população jovem; oferecendo-lhe oficinas de arte, esporte, cultura e inclusão produtiva que atende a jovens de 12 aos 24 anos de idade.

Há nesse sentido, duas frentes de combate à criminalidade: mobilização da juventude, através das oficinas, e mobilização comunitária, por meio de fóruns comunitários e formação de grupos de trabalho com discussão sobre segurança, educação e saúde (BARROS, 2006).

O programa de natureza preventiva fundamenta-se no pressuposto teórico de que comunidades desorganizadas têm dificuldades de exercer controle social informal e supervisão sobre seus jovens de forma a evitar que os mesmos se envolvam em ações de desordem e crime.

Em Montes Claros, o programa Fica Vivo! foi implantado em dezembro de 2005 juntamente com o Núcleo de Prevenção a Criminalidade (NPC). A primeira região do município a ser contemplada com o programa foi a região do Grande Santos Reis ⁴.

Antes da implementação do núcleo, uma equipe do CRISP, sob a coordenação de Cláudio Beato, sociólogo e professor da UFMG, realizou um diagnóstico relativo à criminalidade em Montes Claros. A avaliação realizada identificou o Grande Santos Reis como área de risco, destacando-o por seu elevado índice de homicídios tentados e consumados. Características que tornou a área propícia para implementação do Programa.

⁴ A região do Grande Santos Reis localiza-se na porção norte da cidade de Montes Claros, é composta por vários bairros e possui uma população estimada de 40.000 habitantes. Situa-se no entorno do Distrito Industrial de Montes Claros, havendo predominância de pessoas oriundas da zona rural e de outros municípios que foram atraídas pelo sonho do emprego fácil à época da implantação do distrito industrial da cidade. A ocupação de praticamente toda a região se deu de forma irregular, sem planejamento e infra-estrutura.



Considerações Finais

Após feita todas essas considerações, é possível concluir que é necessário ampliar o horizonte de discussão sobre segurança pública. O Estado deve promover condições mínimas de segurança, sendo assim, a agenda governamental não pode ficar restrita a alguns pontos. A violência é um problema público e social, nesse sentido, medidas de prevenção e repressão ao crime devem direcionar as políticas públicas para demonstrar que a solução do problema da violência envolve mais vontade dos governantes que por questão de polícia.

O problema da violência só será realmente resolvido quando o Estado se propor a conhecê-lo melhor e a partir de então formular políticas públicas de segurança eficazes e eficientes baseadas na realidade de cada comunidade.

É preciso encarar a violência de frente, como um problema social e público que está aterrorizar e deixando toda a sociedade preocupada. Para tanto, o Estado deve incorporar a segurança pública e alguns programas à sua agenda permanente de governo, e a partir daí será possível que tais questões ganhem contornos institucionais.

O programa Fica Vivo visa à redução dos índices de criminalidade a partir do debate junto a sociedade sobre os fatores propulsores do crime. Logo, a participação popular é imprescindível no processo de reformulação do sistema de defesa social, já que a prevenção tem se mostrado o melhor e mais eficaz mecanismo de combate ao crime.

Com a participação direta da comunidade será mais fácil detectar e combater as causas da violência, objetivando a paz social. Através dessa conjugação de esforços que se visualiza uma segurança pública eficaz. Porque diante da grande onda violência que vive a população brasileira, a sociedade clama por segurança, E qualquer melhoria na política de segurança pública é importante, válido e acima de tudo urgente.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

Após analisar todas as questões apresentadas anteriormente, ressalta-se a importância de que o programa Fica Vivo seja implantado em outras regiões do município. Mais do que prevenir a criminalidade, o Programa Fica Vivo possibilitou à região do Grande Santos Reis a construção de elos, reciprocidade e confiança entre os moradores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Maria Celina D'. **Links between Military Police and Armed Forces in Brazil - A Historical View**, BRASA IX - Tulane University, New Orleans, Louisiana, 27-29 March, 2008.



BARROS, Lúcio Alves. **Polícia e Sociedade: um estudo sobre as relações, paradoxos e dilemas do cotidiano policial.** Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 2006 (Tese de Doutorado).

BEATO F.; Cláudio C. **Políticas Públicas de Segurança: Equidade, Eficiência e Accountability,** In Melo, M. A. (Org.). Reforma do Estado e Mudança Institucional no Brasil. Recife: Massangana, 1999.

LEITE, Flávia Lana. **O Programa Fica Vivo: uma análise sob a perspectiva do Capital Social.** Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2003.

MISSE, Michel. **Crime e Violência no Brasil Contemporâneo: Estudos de Sociologia do Crime e da Violência Urbana.** Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006 .

NETO, O. C.; MOREIRA, M. R. **A concretização de políticas públicas em direção à prevenção da violência estrutural.** Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v4n1/7129.pdf> . Acessado em 15/04/2011.

PAIXÃO, Antônio Luiz. **Crime, controle social e a cultura oficial da sociologia.** Sociedade e Estado, V.X, N-2, 1995.

PORTO, Maria Stela Grossi. **Apresentação.** In: Revista Sociedade e Estado. Revista do Deptº de Sociologia da UNB. Vol. X, Nº 2, 1995.

SABADELL AL. **O conceito ampliado da segurança pública e a segurança das mulheres no debate alemão.** In: Leal C.B; Piedade Júnior H., A violência multifacetada. Estudos sobre a violência e a segurança pública. Belo Horizonte:Del Rey, 2003



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

SILVEIRA, A. M., **Prevenindo homicídios: avaliação do programa Fica Vivo no Morro das Pedras em Belo Horizonte**. Tese de doutorado. Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de Minas Gerais, junho de 2007.

SILVEIRA, A. M.; SILVA, B. A. F.; BEATO, Fº. C.C. **Prevenção de Crimes Urbanos: O Programa Fica Vivo**. In: Lima R. S. & Paula L. Segurança Pública e Violência – O Estado está cumprindo seu papel. São Paulo: Contexto, 2006 p.77-88

SOARES, Luis Eduardo. **Meu casaco de general – 500 dias no front da segurança pública do Rio de Janeiro**. São Paulo, Cia. das Letras, 2001.